



Relatório de Atividades e Contas

2019





Índice

PLANO DE ATIVIDADES	3
AGRADECIMENTO	4
EM POUCAS PALAVRAS	4
ANÁLISE DE ORGANIZAÇÃO	5
PRINCIPAIS ACTIVIDADES	5
Abastecimento	5
Projeto “Horta Solidária”	6
Campanhas Anuais de Recolha de Alimentos não Perecíveis (Saco, Ajuda Vale e Online)	7
Campanha “Papel por Alimentos”	7
INSTITUIÇÕES E DISTRIBUIÇÃO	7
POAPMC - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS	8
RECURSOS	9
ANEXOS	12
Doadores	12
Instituições	13
ANÁLISE FINANCEIRA	16
ANÁLISE DOS RENDIMENTOS E GASTOS – ORÇAMENTO VERSUS REALIZADO	17
RENDIMENTOS E RÉDITOS	17
GASTOS E PERDAS	18
ANÁLISE DA POSIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO	20
EXPECTATIVAS FUTURAS	23
FACTOS SUBSEQUENTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	23
SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL	23
SITUAÇÃO PERANTE A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA	23
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	25
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	26
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	27
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019	28
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	29
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	30



PLANO DE ATIVIDADES



AGRADECIMENTO

A Direção do **Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal**, apresenta de forma sistematizada a atividade desenvolvida durante o ano de 2019, aproveitando para saudar e agradecer a todos os que contribuíram para concretizar os objetivos propostos por e para este Banco Alimentar.

Este reconhecimento destina-se:

Às **empresas, entidades e particulares** que generosamente contribuem com bens alimentares, serviços e outros, para o bom funcionamento desta instituição, permitindo que esta continue a levar a cabo a sua missão.

Às **instituições**, nossas parceiras, que estão na linha da frente na luta contra a pobreza e exclusão social, às quais doamos os produtos alimentares que angariamos para, numa lógica de proximidade, os distribuírem de forma solidária e dedicada, às pessoas mais carenciadas da sua área de intervenção.

Aos **voluntários** que oferecem o seu tempo, trabalho, competência e experiência, que em conjunto com os funcionários desenvolvem as atividades diárias em prol de uma resposta efetiva ao contexto onde se insere.

EM POUCAS PALAVRAS

	2 884	Toneladas de produtos recolhidos (equivalente a um valor de 3 159 170€)
	32 343	Pessoas apoiadas
	158	Instituições de Solidariedade Social com apoio regular
	71	Instituições de Solidariedade Social com apoio pontual
	69	Doadores de alimentos
	91	Dadores de bens, serviços e outros produtos
	11	Colaboradores permanentes
	48	Voluntários efetivos
	2	Armazéns em Palmela e Vila Nova de Santo André
	2.300	m ² de Espaço de armazenamento
	404	m ³ Câmaras frigoríficas
	302	m ³ Câmaras congelação
	2	Viatura pesadas
	2	Viaturas ligeiras de mercadorias
	4	Empilhadores



ANÁLISE DE ORGANIZAÇÃO

Missão - Lutar contra o desperdício, recuperando produtos e entregando-os a quem tem carências alimentares, mobilizando pessoas e empresas, que a título voluntário se associam a esta causa no **distrito de Setúbal** e no **concelho de Odemira**.

Valores - A **Dádiva, Partilha e Gratuidade**, são estes os princípios que conduzem todo o nosso trabalho.

PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Abastecimento

Durante o ano 2019, o Banco Alimentar de Setúbal movimentou 2884 **toneladas** de alimentos. Contudo, por comparação com o ano anterior, não podemos deixar de registar um decréscimo de alimentos resultantes da angariação direta.

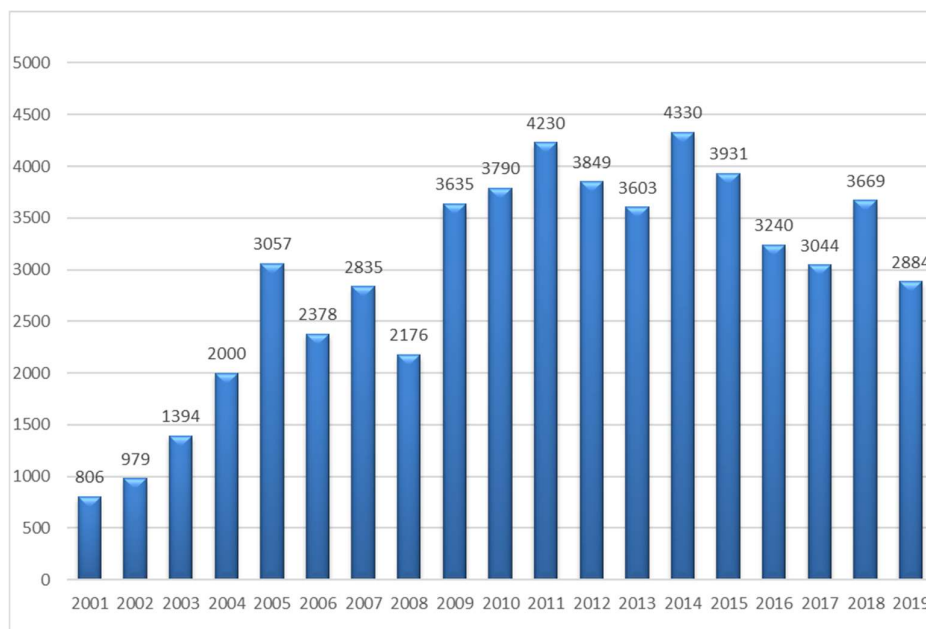


Gráfico 1 - Evolução de produtos recolhidos 2001 a 2019



Fontes de Abastecimento	2018			2019			
	Kg	%	Euros	Kg	%	Euros	Desvio
Indústria Agro-Alimentar	246 983,14	6,7%	204 416,00 €	348 541,48	12,1%	280 938,86 €	101 558,34
Campanha Recolha - Supermercados	413 119,94	11,3%	432 051,58 €	364 231,95	12,6%	389 391,85 €	- 48 887,99
Outros	29 951,07	0,8%	43 138,17 €	15 397,30	0,5%	16 964,37 €	- 14 553,77
Hortas Solidárias	21 829,30	0,6%	19 850,00 €	14 742,09	0,5%	12 419,96 €	- 7 087,21
Distribuição	9 788,42	0,3%	20 339,97 €	145 509,53	5,0%	351 664,10 €	135 721,11
Retiradas de Frutas e Horticolas - IFAP	568 115,20	15,5%	390 386,49 €	629 593,39	21,8%	472 173,55 €	61 478,19
Escola	79,01	0,0%	76,57 €	-	0,0%	- €	79,01
POAPMC	1 717 887,00	46,8%	1 430 005,88 €	586 373,03	20,3%	550 610,34 €	-1 131 513,97
Federação Portuguesa de Bancos Alimentares	68 447,40	1,9%	25 797,86 €	57 820,68	2,0%	58 803,49 €	- 10 626,72
Banco Alimentar de Lisboa	585 608,70	16,0%	1 105 747,28 €	466 269,58	16,2%	790 807,11 €	- 119 339,12
Outros Bancos Alimentares	6 397,60	0,2%	- €	255 636,61	8,9%	235 396,39 €	249 239,01
Donativos convertidos em produtos	1 320,00	0,0%	- €	-	0,0%	- €	1 320,00
	3 669 526,78	100,0%	3 671 809,80 €	2 884 115,64	100,0%	3 159 170,02 €	- 785 411,14

Quadro 1 - Angariação por Fontes de Abastecimento

Tipologia de géneros alimentares	2018		2019		Variação 2019/2018	
	Kg	%	Kg	%	Variação %	Kg
Pao,Bolachas, Tostas e Aperitivos	50 687,66	1,4%	59 862,86	2,1%	18%	9 175,20
Cereais,chocolate, Sobremesas	127 918,72	3,5%	66 132,93	2,3%	-48%	- 61 785,79
Leite	333 765,60	9,1%	303 487,81	10,5%	-9%	- 30 277,79
Farinhas e Puré	7 344,40	0,2%	26 397,60	0,9%	259%	19 053,20
Massa e arroz	329 835,50	9,0%	243 557,84	8,4%	-26%	- 86 277,66
Leguminosas	197 966,98	5,4%	140 720,48	4,9%	-29%	- 57 246,50
Sopa, molhos,especiarias e conservas	5 584,67	0,2%	23 731,53	0,8%	325%	18 146,86
Margarina, Manteiga, oleo e azeite	77 682,38	2,1%	45 784,86	1,6%	-41%	- 31 897,52
Acucares	32 285,00	0,9%	21 525,93	0,7%	-33%	- 10 759,07
Cons. Peixe	712 675,74	19,4%	64 838,06	2,2%	-91%	-647 837,68
Charcutaria Enlatada	19 439,25	0,5%	19 785,53	0,7%	2%	346,28
Produtos Bebe	4 823,70	0,1%	457,83	0,0%	-91%	- 4 365,87
Refrigerantes e aguas	36 580,26	1,0%	74 179,16	2,6%	103%	37 598,90
logurtes,Queijos e Ovos	251 265,97	6,8%	68 030,30	2,4%	-73%	-183 235,67
Fruta Fresca	607 433,64	16,6%	1 078 598,03	37,4%	78%	471 164,39
Legumes	434 872,03	11,9%	425 304,03	14,7%	-2%	- 9 568,00
Carne, saladas e peixe fresco	2 622,72	0,1%	8 689,52	0,3%	231%	6 066,80
Outros Produtos	41 176,67	1,1%	25 209,25	0,9%	-39%	- 15 967,42
Congelados	395 565,89	10,8%	187 822,09	6,5%	-53%	-207 743,80
	3 669 526,78	100,0%	2 884 115,64	100,0%	-21,4%	-785 411,14

Quadro 2 - Angariação por Tipologia de Géneros Alimentares

A partilha de alimentos entre a [Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares](#) e entre os [Bancos Alimentares](#) continua presente no dia-a-dia, sendo uma mais valia de que não queremos abicar, através da qual nos permite aumentar e diversificar o apoio prestado às instituições parceiras.

Projeto “Horta Solidária”

O projeto “[Horta Solidária](#)” concretizado na Várzea de Setúbal, continua a gerar resultados. Comparativamente com 2018, verificou-se um ligeiro decréscimo dos resultados (7087.21kg), ao qual o clima, como facto determinante nesta atividade, não foi completamente alheio. A continuidade deste projeto permite a promoção de atividades de cariz laboral por parte dos reclusos, conferindo fatores de humanização e integração social.



Campanhas Anuais de Recolha de Alimentos não Perecíveis (Saco, Ajuda Vale e Online)



Nas Campanhas “Saco”, “Ajuda Vale” e “Online”, o Banco Alimentar de Setúbal recolheu **396 toneladas** de alimentos, que foram distribuídos através de instituições de solidariedade social com protocolo de apoio regular.

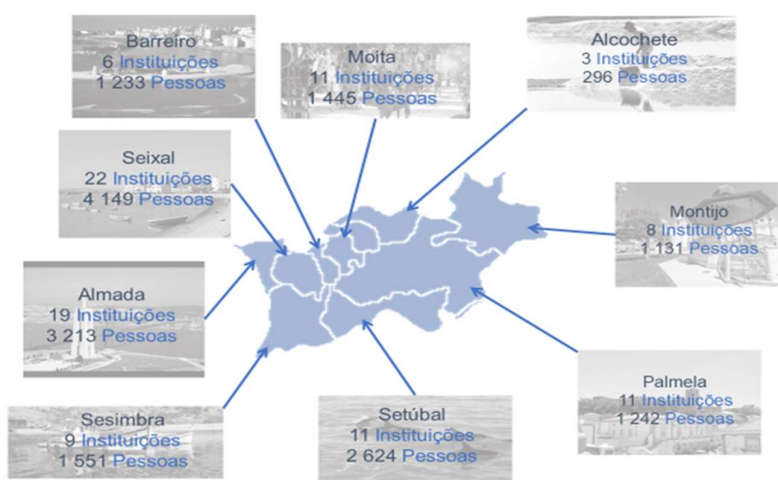
Campanha “Papel por Alimentos”

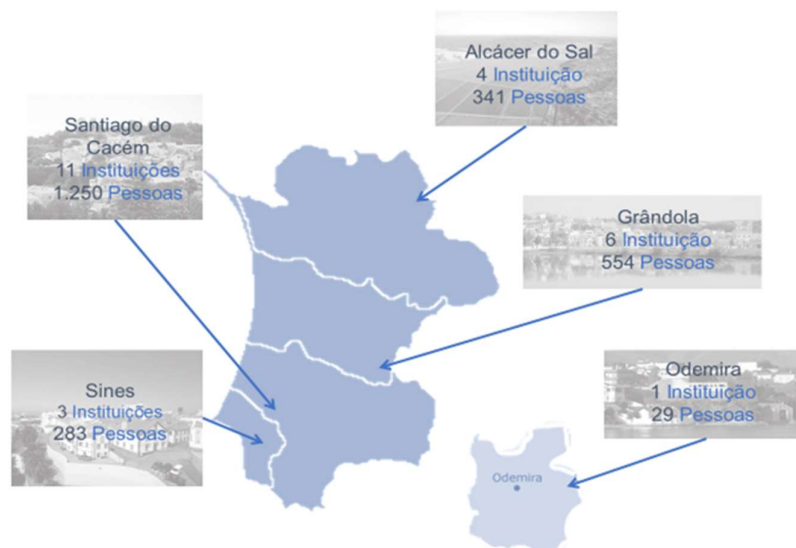
O nível de adesão da comunidade à nossa Campanha “Papel por Alimentos” tem-se mantido. Empresas, Serviços Públicos, Instituições e Cidadãos colaboraram na recolha de **178 toneladas** de papel e sensibilizaram a comunidade em geral para a vertente social e ambiental desta iniciativa. A todos, o **Banco Alimentar** deixa o seu agradecimento.

INSTITUIÇÕES E DISTRIBUIÇÃO

As **Instituições de Solidariedade Social** são **Parceiros indispensáveis** de um Banco Alimentar Contra a Fome. O apoio alimentar a pessoas comprovadamente carenciadas, ocorre através da rede de instituições parceiras numa lógica de proximidades. São estas que conhecem as famílias e promovem o apoio alimentar em complementaridade com outras respostas sociais, com o propósito de satisfazer necessidades básicas e gerar processos de autonomia.

Atualmente tem acordo com **125 Instituições**, das quais **25** se encontram no Litoral Alentejano, e as restantes **100** Instituições na Península de Setúbal.





Em 2019, foram distribuídas **1 909 toneladas**, o equivalente a **2 116** mil euros de alimentos às instituições de apoio regular. Porém, o universo de instituições apoiados é em muito superior às de apoio regular. Existem 70 instituições de solidariedade social, as quais se encontram em lista de espera, que na impossibilidade de apoiar de forma regular com alimentos secos, foram apoiadas, neste ano, com **259 toneladas** de alimentos frescos, o correspondente a **253** mil euros.

POAPMC - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

O Banco Alimentar de Setúbal é, desde 2017, entidade coordenadora do POAPMC. Este programa cofinanciado pela Comunidade Europeia e Estado Português é um instrumento de promoção de inclusão, através do combate à pobreza e à exclusão social. Com uma perspetiva inovadora, associa o apoio alimentar, a medidas de acompanhamento que capacitam as pessoas carenciadas para questões como a rentabilização dos seus recursos alimentares e financeiros.

Enquanto entidade coordenadora dos Territórios de Almada, Barreiro, Moita, Montijo-Alcochete, Palmela, Seixal e Sesimbra, o Banco Alimentar de Setúbal estabeleceu parceria com 33 instituições para apoiar 4054 pessoas em comprovada situação de carência alimentar.

Durante o ano de 2019, o **Banco Alimentar de Setúbal** movimentou 586 toneladas de alimentos secos, frescos e congelados, o equivalente a 550 mil euros, que foram entregues às entidades mediadoras, que por sua vez, entregaram aos destinatários finais.



Esta edição, teve a duração de 27 meses de execução, pelo que se procedeu ao seu encerramento no mês de novembro. Paralelamente, foram iniciados os procedimentos administrativos e logísticos para se dar início à concretização de uma nova edição deste programa, que terá a duração de 37 meses, com início de distribuição, previsto para o ano de 2020.

VOLUNTÁRIOS

O Banco Alimentar de Setúbal conta com a colaboração de voluntários para a realização da sua atividade. Constituem uma comunidade com motivação para alcançar o sucesso da missão Banco Alimentar e contribuir para melhorar a qualidade de vida dos beneficiários do apoio alimentar.

O trabalho realizado pelos voluntários é assim de um importante valor, representando uma mais valia económica, habitualmente não contabilizada. A economia de custos atribuíveis a estes recursos e a variedade de atividades desempenhadas, representam ativos essenciais para a sustentabilidade deste Banco Alimentar.

RECURSOS

Para o desenvolvimento da sua atividade, o Banco Alimentar de Setúbal obtém fundos de empresas, particulares e Estado. Estes fundos são de particular relevância e somente utilizados para a atividade corrente do Banco, sendo o Resultado Líquido do Exercício de 2019 produto da entrada de dinheiro proveniente dos donativos e da comparticipação da Segurança Social, deduzidos dos custos de funcionamento e das amortizações.



Durante o ano de 2019, procurou-se consolidar a relação com todos os que já aderiram à missão do Banco Alimentar de Setúbal, desenvolvendo com muitos deles, várias iniciativas com o objetivo de criar uma verdadeira colaboração de longo prazo.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

- O Banco Alimentar de Setúbal tem vindo a desenvolver as relações com a [Federação dos Bancos Alimentares](#) e com todos os Bancos Alimentares, numa ótica de troca de experiências e partilha de conhecimento, em particular com aqueles que, como nós, aceitaram o desafio de se candidatar ao POAPMC.
- Participámos mais uma vez no Encontro Anual de Bancos Alimentares que decorreu em Lisboa, tendo sido uma oportunidade de excelência, de crescimento e de consolidação da relação com todos os outros Bancos.
- O Banco Alimentar de Setúbal ao longo do ano participou em ações de formação promovidas pela Entreejuda numa aposta de melhoria contínua.

ASPECTOS RELEVANTES

Salientam-se em seguida alguns factos relevantes para a atividade do Banco Alimentar em 2019:

- Prosseguiu o acolhimento de prestadores de tarefas a favor da comunidade, que executaram trabalhos em armazém. Com esta atividade complementar, propôs-se a mostrar novos caminhos e a promover uma maior confiança nas suas competências sociais.
- Continuou o projeto “**Hortas Solidárias**” com os estabelecimentos prisionais de Setúbal e de Pinheiro da Cruz, que permitiu a promoção de atividades de cariz laboral por parte de reclusos, conferindo fatores de humanização e integração social.
- Alunos de diversas escolas visitaram o Banco onde, para além do conhecimento da atividade permanente aqui realizada, tiveram sessões pedagógicas com o objetivo de chamar a atenção para aspetos como a solidariedade, combate ao desperdício, reciclagem de produtos, entre outros.
- Prosseguiu o projeto com o Agrupamento de Escolas Michel Giacometti e a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, para a realização de estágios de alunos com necessidades educativas especiais.
- Parceria entre o Banco Alimentar de Setúbal e a Europa&C, dando continuidade à recolha dos resíduos de cartão e plástico, contribuindo assim para a redução da pegada humana.
- Manutenção do protocolo com a Quali+ com o objetivo de ajudar o Banco Alimentar na preparação da certificação de boas práticas de higiene alimentar.

A Direção do Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal, no final de mais um ano de atividade, agradece



de uma forma especial, aos colaboradores do Banco que de uma forma desinteressada, deram muito do seu tempo de descanso para contribuir para o êxito deste projeto.

Palmela, 05 junho de 2020

A Direção

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira

**Doadores**

Instalações/Renda	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Junta de Freguesia de Santo André e Serva
Equipamentos/Reparações e Material de escritório	Banco de Bens Doados, Bestfriger, Broomtec, Entrajuda, Esnova, FLM - Oficina Auto, Lda., Hipermação, Tipografia Poular A. Palaio, Vancarteq e Procar, DELL
Serviços	AMTCONTA, ARG, Almas Industries, Lda, Elis, Civiparts, Endless Tech - sistemas de Informação, Enforce - Engenharia da Energia, SA., Ergolabor, Fonte Viva, ISS - Facility Services, Lda., Judite Maria, Patamar Diálogo, Trulynolen - Serviços de Prot. Ambiental, Lda., Securfire, Securitas Direct, Servirent, Socidois e Pestox, Am3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, Lda, Câmara Municipal de Palmela, Europac & Recicla Portugal, SA., MCG e F - Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA., OC 90 - Unipessoal, Lda., PD - Publicidade Dinâmica, Lda., Plastidom - Plásticos Industriais e Domésticos, SA, Repsol Polímeros, SA., SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, Serva - Comércio e Empreendimentos Imobiliários, Lda, SOCIDOIS - Equipamento de Escritório, Lda., Tecnitema, Lda., Transportes Ideal da Freixeira, Lda.
Comunicação Social	Diário do Barreiro, Ecos de Grândola, Jornal Correio da Manhã, Jornal Público, Jornal do Montijo, Jornal Litoral Alentejano, Jornal do Pinhal Novo, Jornal de Sesimbra, Jornal Primeira Página, Jornal Almada Press, Jornal de Setúbal, Jornal do Seixal, Jornal da Moita, Jornal do Barreiro, Losango Mágico, Notícias de Sines, Notícias de Setúbal, Notícias do Barreiro, O Setubalense e SemMais Jornal, Antena Mirobriga, Rádio Sim, Rádio Voz de Setúbal, Rádio Azul, Rádio Baía, Rádio Sesimbra FM, Rádio Som do Pinhal, Rádio Popular FM, Rádio Clube de Grândola, Rádio Mira Sado e Rádio Sines
Telecomunicações	Meo e Vodafone
Publicidade/Transportes	Transportes Martinho & Silva, Lda.
Campanhas	AutoEuropam Base Aérea nº. 6 Montijo, Base Naval do Alfeite, Câmara Municipal de Palmela, Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Câmara Municipal de Grândola, Câmara Municipal de Odemira, CEMA, Escola Naval de Fuzileiros, Hertz, União das Freguesias de Alcácer do Sal e Sta. Susana, Saica Pack, Repsol Polímeros e Vendap
Consultoria e Apoio Técnico	Alicontrol, Ergolabor
Hortas Solidárias	SAPEC AGRO e Germiplanta
Doação de Géneros Alimentares	Iberian Salads Agricultura, SA, Associação Adventista Desenvolvimento, Recursos e Assistência, CNC - Companhia Nacional de Carnes, Lda., Parmalat Portugal, SA, Eurofrozen, SA, PrimoHorta, Delta Cafés, Best Meal - Indústria Alimentar, Lda., Vitorino Augusto Nascimento Gonçalves, Fábrica das Tortas Azeitonense, Lda, Batalas Patricio - Produtos Alimentares Lda, Alfeu Augusto Gonçalves, Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas S.A., Astrobalance - Comércio Unipessoal, Lda, DDO - Derivados de Ovos, Lda, Soregi - Frutas e Legumes, Lda, Real Bolos, Lda, Sociedade Agrícola Pinheiro da Cruz, Lda, Frutalmente S.A., T-Systems ITC Ibérica, NACEX, Jorge Caseiro - Comercio de Produtos Alimentares, Lda, Pastelaria Anjo Doce, Panificadora Mestre Lopes, Pizzaria do Bomfim, Guylian Portugal, Lda., donativos particulares (em géneros), Base Naval do Alfeite, Guarda Nacional Republicana - Unidade de Controlo Costeiro, Guarda Nacional Republicana - Unidade de Controlo Costeiro, ProNatural, Pingo Doce S.A., Modelo Continente Hipermercados, S.A., Modelo Continente Hipermercados, S.A., ALDI AROEIRA, E. Leclerc - Montijodis - Soc. Distribuição, SA, Jerónimo Martins - Distribuição de Produtos de Consumo, Lda., LIDL & CIA, FIMA/VG - Distribuição de Produtos Alimentares, Lda., Makro, Colmeia do Minho, UNIARME - União de Armazenistas de Mercearias, C.R.L., Plastidom, A.Centazzi, Lda, Russo dos Caracóis, Vítor Alves & Antonieta Alves, Lda, Central de Frutas do Palinho, Frutut - Estação Fruteira de Montejunto, CRL, Campotec - Comercialização e Consultadoria de Hortofrutícolas, SA, Frutalvor, COOPVAL - Coop. Agr. dos Fruticultores do Cadaval C.R.L., HortaPronta - Hortas do Oeste, S.A., OMelo.OP SA, Granfer - Produtores de Frutas, CRL, Frutoeste - Coop.Agr.Hortof. do Oeste, CRL, Obirocha, CRL, Frusoal - Frutas Sotavento Algarve Lda, CACIAL - Coop. Agrícola de Citricultores do Algarve CRL, Cooperativa Agrícola Bombarral, CRL, LACTOGAL - Produtos Alimentares, S.A., SOGENAVE, AVIBOM- Avícola, S.A., CALIMENTA- Ind. de Conf. e Conservas de Frutas, S.A., CISTER - Industria de Produtos Alimentares, Lda, FÁBRICA DE CONSERVAS A POVEIRA, S.A., Bastos Amorim Araújo, Os Grante - Industria & distribuição Alimentar, Lda, Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, Banco Alimentar de Lisboa, Banco Alimentar do Algarve
Refeições nas Campanhas de Recolha de Alimentos	Churrasqueiras: Os Chefes Ruca, Grelha da Arrábida, O Forno (Cabanas), O Forno (Pinhal Novo), O Forno (Vale do Cobro) * Pastelarias: Anjo Doce, A Bela Pastelaria, Barca Doce, Carinho aos Pedacos, Charme, Confeitaria Vitória, Confeitaria da Arrábida, Doce Creme, Doce Mel, Mitratejo, Pastelaria da Vila, Os artistas da Farinha, O Rollo, Casa Negrito, Terra de Sabores, Santa Isabel, Sabores do Pão, Sabores Meus, Telha do Pão, Santa Coína * Outros: Best Meal - Indústria Alimentar, Lda, CNC Companhia Nacional de Carnes, Colmeia Minho, Dalimar - Produtos Alimentares, Lda, Delta, Eurofrozen, SA, Fonte Viva, Fruprogres, Lactosantos, Hotel Aranguês, Hotel Bocage, Hotel do Sado, Maranata, Mafrraria, Noélia Cardoso, Novisa, Padaria Transmontana, Padaria Central de Pinhal de Frades, Panificadora Mestre Lopes, Panisal, Refrige, Sabores da Quinta, Setpão, Socipan, Sociedade Panificadora Coelho e Filhos, Socimbal, Zezerovo * Pizzarias: Chico's Pizzaria, La Nostra Pizzaria, Pizzaria do Bonfim, Veneza * Pousadas de Palmela e São Filipe, Quinta Valenciana, Restaurantes: A Quintinha, Acordeon, O Quintal, Rei do Bucho, Antoniu's, Pérola da Serra, Nortenha * Talhos: Maria, Maria Casemira e Fátima Pereira *
Espécie	Am3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, Lda, Câmara Municipal de Palmela, Europac & Recicla Portugal, SA., MCG e F - Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA., OC 90 - Unipessoal, Lda., PD - Publicidade Dinâmica, Lda., Plastidom - Plásticos Industriais e Domésticos, SA, Repsol Polímeros, SA., SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, Serva - Comércio e Empreendimentos Imobiliários, Lda, SOCIDOIS - Equipamento de Escritório, Lda., Tecnitema, Lda., Transportes Ideal da Freixeira, Lda.



Instituições

Instituições de Apoio Regular

Associação de Leigos Nova Esperança	Casa do Povo de Sesimbra
Grupo Socio Caritativo de Voluntários - Encontra a Esperança - Paróquia da Quinta do Conde	CRIAR- T Associação de Solidariedade
Centro Social e Paroquial de São Lourenço de Alhos Vedros	Associação Baptista Shalom
Questão de Equilíbrio - Associação de Educação e Inserção de Jovens	Comissão Social da Freguesia da Paróquia de S. Jorge de Sarilhos Grandes
Conferência Vicentina de Nossa Senhora do Monte Sião	Elim Igreja Cristã
Associação Jubileu Mais	Fábrica da Igreja do Lugar de Vale de Milhaços
Grupo Sócio Caritativo da Paróquia de Santa Maria - Barreiro	Lati - Liga dos Amigos da Terceira Idade
Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra	Apoio Fraterno da Paróquia do Imaculado Coração de Maria de Vale Figueira
Grupo Sócio Caritativo de Alcochete	Apoio Fraterno da Paróquia N.ª Sr.ª do Livramento da Sobreira
Centro Social de Palmela	Centro Social e Paroquial de Santo André - Casa dos Rapazes
AURPIM - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Miratejo	CERCIMB - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro
ARPIPF - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pinhal de Frades	Comissão Social da Freguesia de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia
Associação de Solidariedade Cabo Verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo	Apoio Fraterno da Paróquia da Sagrada Família de Vila Nova Caparica
Associação Almadense Rumo ao Futuro	Centro Jovem Tabor
Associação Religiosa da Igreja Evangélica de Alcaniça	Cáritas Paroquial da Atalaia/ Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Atalaia
Centro Infantil Quinta Nova	Fundação Santa Rafaela Maria
Associação Vale de Acór	Centro Social "O Bom Samaritano"
Grupo Sócio Caritativo de Fernão Ferro	Fundação Arcelina Victor dos Santos
Conferência Vicentina Nossa Senhora da Concórdia	ABAS - Associação de Beneficência, Amizade e Solidariedade
Centro Paroquial de Bem-Estar Social do Castelo de Sesimbra	AURPIA - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Amora
Centro de Assistência Paroquial da Amora	ARPIFF - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fernão Ferro
Fábrica da Igreja Paroquial da Imaculada Conceição (Apoio Fraterno)	AURPI - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Paio Pires
CASCUZ - Centro de Apoio Sócio Cultural Unidade Zambujalense	ARPIA - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Arrentela
APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Centro Paroquial de Acção Social da Moita
AURPI Torre da Marinha - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Torre da Marinha	ARIFA - Associação de Reformados e Idosos da Freguesia da Amora
União Social Sol Crescente da Marateca	ARPIF - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Fogueteiro
Centro Social Paroquial de Cristo Rei	CATICA - Centro Assistência Terceira Idade Coina e Arredores
Associação Centro Jovem Tejo - Comunidade Terapêutica "Luis Barros"	Conferência Vicentina N.ª Sr.ª da Boa Viagem - Moita
Casa do Povo de Palmela	Grupo Sócio Caritativo S. Pedro da Marateca
Associação Caminho do Bem-Fazer	Associação de Convívio para Idosos de Cabanas
Conferência Vicentina Senhor do Bonfim	Centro Paroquial e Ação Social Padre Manuel Gonçalves
Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Fernão Ferro	Cercizimbra - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados
Santa Casa da Misericórdia de Almada	Associação Sol Nascente -Recuperação de Toxicodependentes
Associação do Lar de Idosos de Pegões	Apoio Fraterno da Paróquia de Cristo Rei
AURPIS - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Seixal	CENSA - Centro Social de São Brás de Samouco
Centro Comunitário da Quinta do Conde	Associação Externato de Santa Joana
Núcleo Sócio Caritativo Alimentar da Paróquia de Pinhal Novo	
Igreja Evangélica do Alto do Moinho	
CRIVA - Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira	
ADRA - Associação Desenvolvimento e Recursos Adventista - Setúbal	
Centro Social da Quinta do Anjo	



ARPI - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Pinhal Novo
Grupo Sócio Caritativo de Nossa Senhora da Conceição
Associação de Ajuda Humanitária "Dá-me a tua Mão"
ADRA Barreiro - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência
ADRA da Baixa da Banheira - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência
Igreja Evangélica "Luz das Nações"
Grupo Socio Caritativo - Igreja N.ª Sr.ª das Graças Poceirão
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa da Caparica
Centro Social Paroquial Imaculada Conceição - Lar Padre Roberto Sequeira
CASA - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo da Delegação de Azeitão
Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
Fábrica da Igreja da Paróquia da Sagrada Família de Miratejo / Laranjeiro
Grupo Sócio Caritativo da Paróquia de São Brás de Samouco
Centro Social Comunitário e Paroquial de São José da Charneca da Caparica
AIGAST - Associação de Imigrantes Guineenses e Amigos Sul do Tejo
Casa de Deus Igreja Cristã
Centro Social e Paroquial de Corroios
Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras
Centro Social Paroquial de São Pedro da Trafaria
Agrupamento de Escolas da Caparica
Santa Casa da Misericórdia de Canha
Centro Social Paroquial Padre Abílio Mendes
Associação de Solidariedade Social da Freguesia Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra
Santa Casa da Misericórdia de Sines
Conferência Vicentina São Tiago e São João de Deus
Conferência Vicentina S. João de Deus
Casa do Povo de Alvalade
Casa do Povo de Melides
Cercigrândola, C. R. L - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados
Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria/Cáritas Paroquial de Santa Maria
Cáritas Paroquial de Sines
AISGRA - Associação de Intervenção Social de Grândola
Associação de Bem Estar Social da Freguesia de Santa Cruz
AADIES - Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas do Sado
A Gralha - Associação para o Desenvolvimento de Porto Covo
Associação de Solidariedade Social e Desenvolvimento de Santa Margarida da Serra "A Flor da Serra"
Associação de Moradores do Salão Comunitário da Sonega
AURPICAS - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal
Centro Social de Santa Susana

Centro Social Paroquial de Santa Maria "O Moinho"
Centro Social Paroquial de Santa Maria - Casa de Jovens "O Farol"
Centro de Dia de S. Francisco da Serra
Casa do Povo de Azinheira de Barros
Centro Social Paroquial de São Pedro da Comporta
Casa do Povo Cercal do Alentejo
Conferência Vicentina N.ª Sr.ª da Penha - Grândola
Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes
Centro Cultural dos Bairros S. João e Olival Queimado

Instituições de Apoio Extra

Missionárias da Caridade de Setúbal
Santa Casa da Misericórdia de Alcochete
Santa Casa da Misericórdia do Montijo
Santa Casa da Misericórdia de Setúbal
União Mutualista Nossa Senhora da Conceição
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Setúbal
Cáritas Diocesana de Setúbal - Centro Social Nossa Senhora da Paz
Casa do Gaiato - Obra da Rua
Instituto Filhas Maria Auxiliadora - Casa de Santa Ana
Casa de Nossa Senhora da Saúde
Centro Paroquial N.ª Sr.ª da Anunciada
Fundação COI
Centro Comunitário de Promoção Social Laranjeiro
Grupo Desportivo da Fonte Nova
Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Montijo
Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo
Santa Casa da Misericórdia do Barreiro
ARPILF - Associação Reformados, Pensionistas e Idosos do Laranjeiro - Feijó
Persona Associação para a Promoção da Saúde Mental
URPICA - União de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada
ERGUER - Associação de reabilitação de Toxicodependentes
CURPIC - Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Charneca
Lar do Carmo
CASA - Delegação de Setúbal
Cooperativa Mista de Ensino do Laranjeiro
AURPIA - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão
Persona Associação para a Promoção da Saúde Mental
SDUB 'Os Franceses'
AIRP Poceirão - Associação de Idosos e Reformados da Freguesia do Poceirão



Associação Betel

Associação Alma sã - Centro de Educação Especial de Almada

Liga dos Amigos da Quinta do Conde

Instituto NovoSer

Reto Lisboa (Quinta Anjo)

Casa do Povo de Azeitão

AURPI Poceirão

Raríssimas - Casa dos Marcos

CRIBB - Centro de Reformados e Idosos da Baixa da Banheira

Centro Comunitário de São Sebastião

AIPICA - Associação de Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada

Centro Social Paroquial de Pinhal Novo

Instituto dos Ferrovíários

Associação de Moradores do Bairro da Liberdade - Infantário "O Escorrega"

Nós - Associação de Pais e Técnicos para a Integração do Deficiente

Fundação Robert Kalley

Cercisa - Cooperativa de Educação e Reabilitação de

Cidadãos Inadaptados do Seixal e de Almada

Associação de Moradores Luta do Povo - Creche e Jardim de Infância "Os Pinheirinhos"

Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição -

Grupo Ajuda Fraterna da Paróquia do Seixal

Casa do Povo de São Domingos

Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social

Centro Social Paroquial de Almada

AURPIL - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Lavradio

Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa

Banco Alimentar de Santarém

Banco Alimentar do Algarve

Banco Alimentar de Beja

Banco Alimentar de Évora

Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal

Corpo Nacional de Escuteiros

JOSV - Jovens Scalabrinianos para Serviço Voluntário

Escola Básica Quinta da Lomba

Instituto Politécnico de Setúbal

Associação dos Escoteiros de Portugal - Região Além do Tejo

Escola Secundária Sebastião da Gama

Agrupamento de Escolas da Boa Água

Associação Escoteiros de Portugal Grupo 206 Setúbal

Rotary Club de Palmela

Santa Casa da Misericórdia de Grândola

Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal

Cersiciago - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças com Deficiência de Sines, Santiago do Cacém e Odemira

Entidades Mediadoras do POAPMC

Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro

Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro/Feijó

Centro Social Paroquial de Almada

Centro Social Paroquial de Cristo Rei

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição

Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro

Centro Paroquial de Vale Figueira

Fundação AMI - Porta Amiga de Almada

Santa Casa da Misericórdia de Almada

Centro Social e Paroquial de Santo André

Centro Social Paroquial Padre Abílio Mendes

Centro de Assistência à 3ª Idade de Coia e Arredores

CRIBB - Centro de Reformados e Idosos da Baixa da Banheira

CRIVA - Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira

Centro Social e Paroquial de S. Lourenço de Alhos Vedros

Fundação Santa Rafaela Maria

Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social

Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo

Associação de Reformados Pensionista e Idosos do Montijo

Centro Paroquial da Atalia

Santa Casa da Misericórdia de Canha

Centro Social da Quinta do Anjo

Fundação COI

União Social Sol Crescente da Marateca

Centro Social de Palmela

CAPA - Centro de Assistência Paroquial da Amora

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Arrentela

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Fernão Ferro

CRIAR-T Associação de Solidariedade

Santa Casa da Misericórdia do Seixal

Centro Paroquial de Bem Estar Social do Castelo de Sesimbra

Centro Comunitário da Quinta do Conde

Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra



Membro da

Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares



ANÁLISE FINANCEIRA



ANÁLISE DOS RENDIMENTOS E GASTOS – ORÇAMENTO VERSUS REALIZADO

O Resultado Líquido do Período em 2019 foi positivo em 18.451,64€, sendo que o Resultado Líquido do Período previsional para igual período era 2.886,19€, registando-se assim uma variação positiva de 15.566,45€ (539%).

No âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados, apresentamos os mapas de pormenor com a informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise.

RENDIMENTOS E RÉDITOS

As rubricas com maior realce (designadas de grandes rubricas) são apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, um total de 3.496.381,26 euros:

Conta SNC	Rubricas	Orçamento 2019	Realizado 2019	Desvio	%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2.401.457,00	3.463.166,46	1.061.709,46	44%
78	Outros rendimentos e ganhos	1.500,00	32.626,75	31.126,75	2075%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	300,00	588,05	288,05	96%
	Total	2.403.257,00	3.496.381,26	1.093.124,26	45%

Constatamos que a execução orçamental foi de 3.496.381,26€, comparativamente com o valor previsional de 2.403.257,00€, da qual resulta um desvio positivo de 1.093.124,26€ (45%), para os valores orçamentados.

No quadro seguinte apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas dele constante:

Conta SNC	Rubricas	Orçamento 2019	Realizado 2019	Desvio	%
7	RENDIMENTOS	2.403.257,00	3.496.381,26	1.093.124,26	45%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2.401.457,00	3.463.166,46	1.061.709,46	44%
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	210.469,00	283.262,60	72.793,60	35%
752	Subsídios de outras entidades	9.988,00	0,00	-9.988,00	-100%
753	Doações e heranças - (Donativos)	2.181.000,00	3.179.903,86	998.903,86	46%
78	Outros rendimentos e ganhos	1.500,00	32.626,75	31.126,75	2075%
781	Rendimentos suplementares	0,00	929,48	929,48	
7816	Outros rendimentos suplementares	0,00	929,48	929,48	
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	4.700,00	4.700,00	
7871	Alienações	0,00	4.700,00	4.700,00	
788	Outros	1.500,00	26.997,27	25.497,27	1700%
7881	Correções relativas a períodos anteriores	0,00	290,69	290,69	
7885	Restituição de impostos	0,00	24.997,04	24.997,04	
7888	Outros não especificados	1.500,00	1.709,54	209,54	14%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	300,00	588,05	288,05	96%
791	Juros obtidos	300,00	588,05	288,05	96%
7911	De depósitos	300,00	588,05	288,05	96%



Não obstante alguma variação entre rubricas, o nível de execução orçamental tem um grau acima do valor orçamentado para 2019 em 45%.

GASTOS E PERDAS

Constatamos que a execução orçamental para as rubricas de gastos e perdas foi 3.477.929,62€, comparativamente com o valor previsional de 2.400.370,81€, superior em 1.077.558,81€ (45%) com o valor orçamentado para 2019, ou seja, globalmente foi cumprido na sua totalidade, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Conta SNC	Rubricas	Orçamento 2019	Realizado 2019	Desvio	%
62	Fornecimentos e serviços externos	204.250,00	170.375,77	-33.874,23	-17%
63	Gastos com o pessoal	161.656,81	180.780,78	19.123,97	12%
64	Gastos de depreciação e de amortização	34.364,00	16.342,08	-18.021,92	-52%
68	Outros gastos e perdas	2.000.100,00	3.110.430,99	1.110.330,99	56%
	Total	2.400.370,81	3.477.929,62	1.077.558,81	45%

Da análise, na rubrica **“Fornecimentos e serviços de terceiros”**, verifica-se uma diminuição dos gastos em menos 33.874,23€ (-17%), comparativamente com o orçamento.

Na rubrica **“Gastos com o pessoal”**, verifica-se um aumento de 19.123,97€ (12%), comparativamente com o orçamento. Este desvio reflete o aumento do quadro de pessoal, bem como um ajustamento e atualização da massa salarial.

Na rubrica **“Gastos de depreciação e de amortização”** verifica-se uma diminuição comparativamente com a execução orçamental de -18.021,92€ (-52%), face ao comparativo com o orçamento. Este desvio resulta do facto da maioria dos equipamentos se encontrar totalmente amortizado.

A rubrica **“Outros gastos e perdas”** refere-se essencialmente à doação de bens alimentares às diversas Instituições apoiadas para posterior distribuição aos seus beneficiários. De acordo com o orçamento de 2019 estava previsto o montante de 2.000.000,00€, tendo sido realizado o montante de 3.110.430,99€, mais 1.110.330,99€ (56%) que o previsto.

No quadro seguinte apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas dele constante:



Conta SNC	Rubricas	Orçamento 2019	Realizado 2019	Desvio	%
6	GASTOS	2.400.370,81	3.477.929,62	1.077.558,81	45%
62	Fornecimentos e serviços externos	204.250,00	170.375,77	-33.874,23	-17%
622	Serviços especializados	42.700,00	37.063,23	-5.636,77	-13%
6221	Trabalhos especializados	7.000,00	11.525,88	4.525,88	65%
6223	Vigilância e segurança	2.800,00	2.824,37	24,37	1%
6226	Conservação e reparação	23.000,00	22.712,98	-287,02	-1%
6228	Outros	9.900,00	0,00	-9.900,00	-100%
623	Materiais	1.550,00	7.024,85	5.474,85	353%
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	1.706,94	1.706,94	
6232	Livros e documentação técnica	0,00	150,06	150,06	
6233	Material de escritório	1.550,00	531,09	-1.018,91	-66%
6238	Outros	0,00	4.636,76	4.636,76	
624	Energia e fluidos	52.750,00	41.889,54	-10.860,46	-21%
6241	Electricidade	22.750,00	21.439,57	-1.310,43	-6%
6242	Combustíveis	30.000,00	20.449,97	-9.550,03	-32%
625	Deslocações, estadas e transportes	22.280,00	8.151,53	-14.128,47	-63%
6251	Deslocações e estadas	2.280,00	166,43	-2.113,57	-93%
6253	Transporte de mercadorias	20.000,00	6.273,00	-13.727,00	-69%
6258	Outros	0,00	1.712,10	1.712,10	
626	Serviços diversos	84.970,00	76.246,62	-8.723,38	-10%
6261	Rendas e alugueres	69.120,00	66.505,19	-2.614,81	-4%
6262	Comunicação	9.400,00	3.804,68	-5.595,32	-60%
6263	Seguros	0,00	86,31	86,31	
6265	Contencioso e notariado	500,00	372,24	-127,76	-26%
6267	Limpeza, higiene e conforto	5.950,00	3.684,58	-2.265,42	-38%
6268	Outros serviços	0,00	1.793,62	1.793,62	
63	Gastos com o pessoal	161.656,81	180.780,78	19.123,97	12%
632	Remunerações do pessoal	134.711,36	152.254,08	17.542,72	13%
635	Encargos sobre remunerações	25.945,45	28.436,73	2.491,28	10%
638	Outros gastos com o pessoal	1.000,00	89,97	-910,03	-91%
64	Gastos de depreciação e de amortização	34.364,00	16.342,08	-18.021,92	-52%
642	Ativos fixos tangíveis	34.364,00	16.342,08	-18.021,92	-52%
64233	Equipamento básico	34.364,00	4.810,83	-29.553,17	-86%
64234	Equipamento de transporte		11.531,25	11.531,25	
68	Outros gastos e perdas	2.000.100,00	3.110.430,99	1.110.330,99	56%
681	Impostos	0,00	6,61	6,61	
6812	Impostos indiretos		6,61	6,61	
684	Perdas em inventários	0,00	74.945,39	74.945,39	
6848	Outras perdas	0,00	74.945,39	74.945,39	
688	Outros	100,00	1.080,00	980,00	980%
6883	Quotizações		80,00	80,00	
6888	Outros não especificados	100,00	1.000,00	900,00	900%
689	Gastos com apoios financeiros concedidos a associados e utentes	2.000.000,00	3.034.398,99	1.034.398,99	52%
6891	Subsídios, donativos, (Géneros alimentares doados)	2.000.000,00	3.034.398,99	1.034.398,99	52%

Globalmente, consideramos que o orçamento previsional para o ano de 2019 foi cumprido integralmente, independentemente da variação em algumas rubricas.



ANÁLISE DA POSIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO

O Resultado Líquido do Período apresenta um valor positivo de 18.451,64€, sendo que em 2018 foi de 65.326,15€, inferior em -46.910,51€. Este desvio explica-se na sua quase totalidade pela não concretização das verbas previstas inicialmente do PO_APMC e pela redução dos donativos.

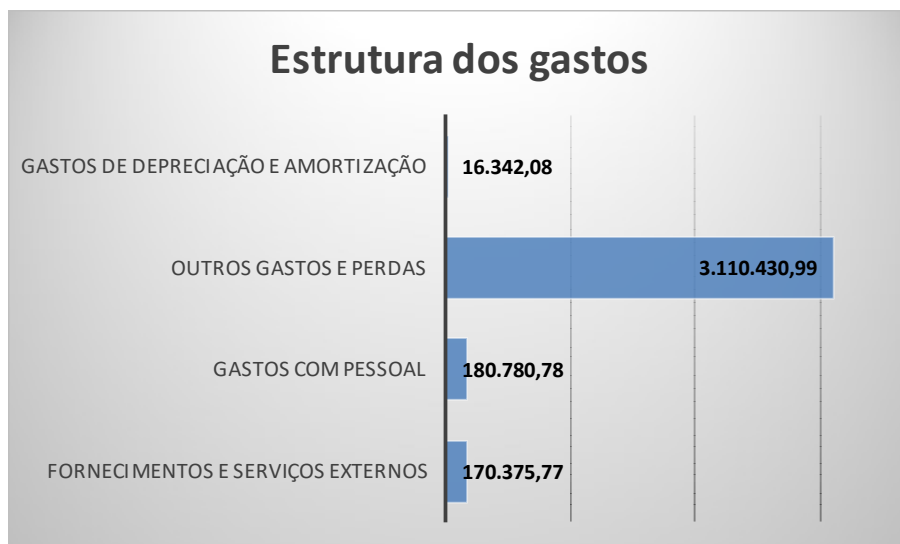
Relativamente às doações financeiras, O BAS iniciou contato com as Autarquias do Distrito de Setúbal, com o objetivo de as sensibilizar no reconhecimento das suas responsabilidades na partilha com o BAS, no apoio aos mais carenciados, tendo obtido pareceres bastante favoráveis para o apoio financeiro em 2020.

No entanto, os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela Instituição. De facto, como referido anteriormente o volume de rendimentos/réditos atingiu um valor de **3.496.381,26€**, tendo em 2018 atingido o valor de **4.047.590,92€**, representando uma variação negativa de -551.209,66€, resultante da diminuição de bens alimentares por parte das diversas empresas doadoras

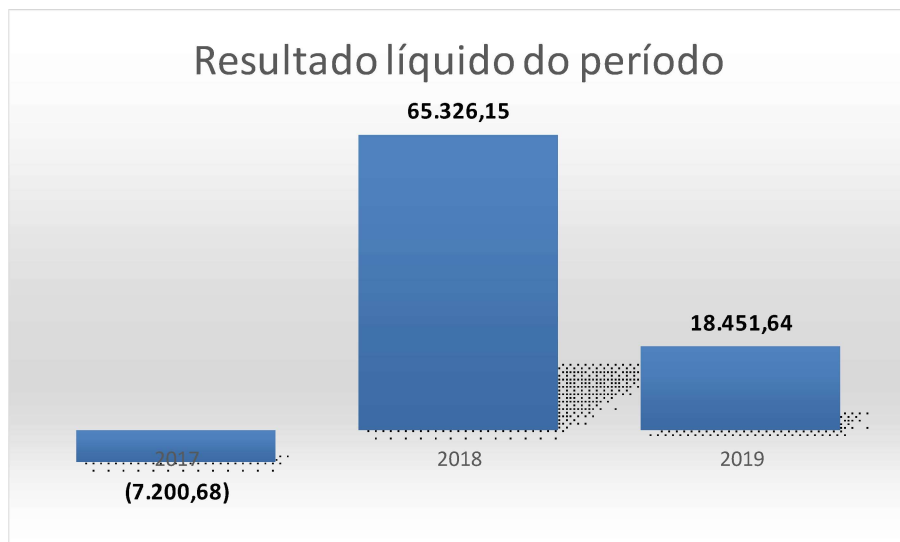
O trabalho de sustentabilidade da Instituição decorre do processo de diminuição dos gastos que, dentro do possível, temos vindo a empreender. através de ajustamentos em várias rubricas.

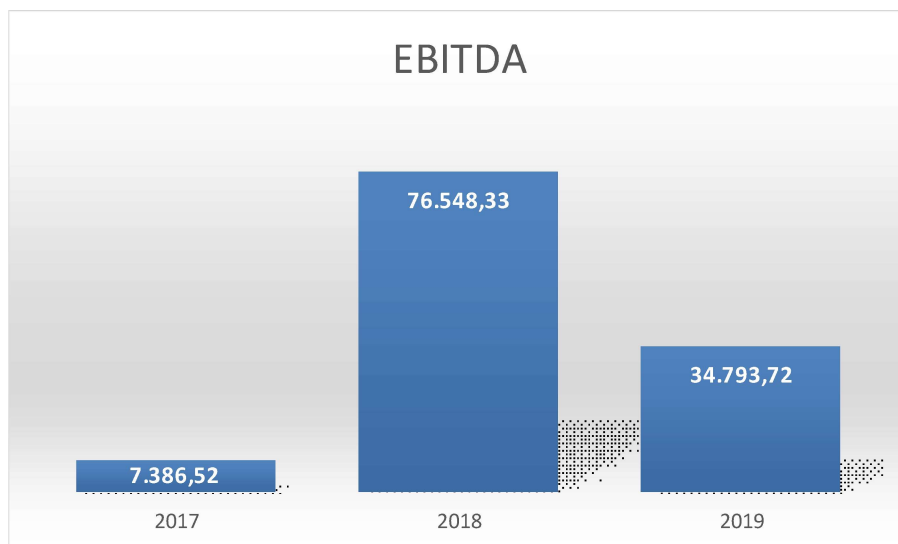
O volume de Gastos/Perdas atingiu um valor de **3.477.929,62€**, tendo em 2018 atingido o valor de **3.982.265,47€**, representando uma variação negativa de -504.335,85€ (17%). Este desvio explica-se pela menor angariação de bens alimentares durante o 1º semestre de 2019.

Apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da Instituição:



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a Instituição apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de Resultado Líquido do Período e de EBITDA:





A posição financeira da Instituição apresenta, também comparativamente com o ano anterior, uma autonomia financeira em 2019 de 42% (51% em 2018), e um endividamento de 58, % (49% em 2018).

A situação descrita apresenta uma posição financeira favorável, onde não existem problemas de cumprimento de compromissos a prazo. O ciclo de exploração não apresenta necessidades de financiamento.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Instituição através da análise dos seguintes itens da estrutura do balanço:

RUBRICAS	2019		2018	
Ativo não corrente	47.971,22	8 %	58.839,36	13 %
Ativo corrente	547.077,46	92 %	400.597,00	87 %
Total ativo	595.048,68	100 %	459.436,36	100 %

RUBRICAS	2019		2018	
Capital Próprio	252.675,49	42 %	234.223,85	51 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	342.373,19	58 %	225.212,51	49 %
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	595.048,68	100 %	459.436,36	100 %



EXPECTATIVAS FUTURAS

O Exercício de 2019 foi ano de eleições. Os novos Órgãos Sociais tomaram posse no final de março, tendo de imediato começado a exercer a sua ação nas áreas da sua responsabilidade. Os resultados ficaram evidentes no final do exercício, com o aumento da angariação de bens alimentares.

Pensamos que no geral a Direção atingiu os objetivos que se propões se tivermos presente o Plano de Atividades para 2019, constatamos que a maior parte de todas as suas vertentes foram concluídas.

Com a implementação de novos processos com consequências diretas na melhoria interna dos serviços, consideramos que a Instituição continuará a ter em 2020 um papel fundamental na angariação de subsídios das entidades publicas e privadas de forma a proporcionar um aumento na quantidade de alimentos doados.

Face ao referido, o princípio da continuidade afigura-se assegurado e com um nível de desempenho de maior qualidade e colaboração ao verificado no ano anterior.

FACTOS SUBSEQUENTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após termo do exercício, e até à data da elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2019.

SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL

A Instituição tem os respetivos compromissos regularizados perante a Segurança Social.

SITUAÇÃO PERANTE A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

As responsabilidades da instituição perante a autoridade tributária e outros entes públicos encontram-se totalmente cumpridas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O **BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME NA PENÍNSULA DE SETÚBAL** no período económico findo em 31 de dezembro de 2019 obteve um resultado líquido positivo de 18.451,64€, pelo que a Direção propõe a sua aplicação para a conta de Resultados Transitados.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, com os seus contributos, nomeadamente, empresas e particulares doadoras de produtos alimentares, às cadeias de distribuição alimentar, ao ISS de Setúbal, às Autarquias e a muitas outras entidades porque a eles se deve muito do reconhecimento da valia das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa intervenção social.

Aos nossos Colaboradores e Voluntários deixamos uma mensagem de apreço pelo seu elevado profissionalismo e empenho, pois têm sido elementos fundamentais para o prestígio e sustentabilidade do **BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME NA PENÍNSULA DE SETÚBAL**.

Por último, apresentamos um agradecimento especial à Mesa da Assembleia e ao Conselho Fiscal, pela voluntariedade no desempenho demonstrado nos cargos em exercício.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras.

Palmela, 05 de junho de 2020

A Direção

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros			
RUBRICAS	Notas	31-12-2019	31-12-2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	46 238,97	57 581,05
Investimentos financeiros	17,3	1 732,25	1 258,31
Total do ativo não corrente		47 971,22	58 839,36
Activo corrente			
Inventários	6	248 832,42	198 856,88
Créditos a receber	11.1	1 687,35	2 881,33
Diferimentos	17.2	553,71	-
Caixa e depósitos bancários	11.4	296 003,98	198 858,79
Total do ativo corrente		547 077,46	400 597,00
Total do ativo		595 048,68	459 436,36
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.4	9 849,88	9 849,88
Resultados transitados	17.4	224 373,97	159 047,82
Resultado Líquido do período	17.4	18 451,64	65 326,15
Total dos fundos patrimoniais		252 675,49	234 223,85
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	11-2.1	9 790,26	467,40
Estado e outros Entes Públicos	17.1	7 792,78	6 354,40
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2.2	50 601,39	-
Diferimentos	17.2	248 682,53	198 856,88
Outros passivos correntes	11.2.3	25 506,23	19 533,83
Total do passivo corrente		342 373,19	225 212,51
Total do passivo		342 373,19	225 212,51
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		595 048,68	459 436,36

PALMELA, 09 de Março 2020

O CONTABISTA CERTIFICADO

Cláudia Sofia Farto Belo Timóteo

A DIRECÇÃO

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2019	2018
Subsídios, doações e legados à exploração:		3 463 166,46	4 026 211,92
Subsídios de entidades públicas:	10	283 262,60	289 951,14
ISS, IP - Centros Distritais		214 583,18	207 326,75
Outras entidades públicas		68 679,42	82 624,39
Doações heranças e legados	7	2 629 487,46	3 736 260,78
Fornecimentos e serviços externos	12	(170 375,77)	(181 602,21)
Gastos com o pessoal	13	(180 780,78)	(140 094,81)
Outros rendimentos e ganhos:	14	33 214,80	21 379,70
Outros gastos e perdas:	15	(3 110 430,99)	(3 649 346,27)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		34 793,72	76 548,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16	(16 342,08)	(11 222,18)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		18 451,64	65 326,15
Resultados antes de impostos		18 451,64	65 326,15
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		18 451,64	65 326,15

PALMELA, 09 de Março 2020

O CONTABISTA CERTIFICADO

Cláudia Sofia Farto Belo Timóteo

A DIRECÇÃO

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019

		Unidade Monetária:			Euros
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe			Total
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	9.849,88	166.248,50	(7.200,68)	168.897,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(7.200,68)	7.200,68	
	2	-	(7.200,68)	7.200,68	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			65.326,15	65.326,15
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			72.526,83	65.326,15
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6=1+2+3+5	9.849,88	159.047,82	65.326,15	234.223,85
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	9.849,88	159.047,82	65.326,15	234.223,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
	7	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			18.451,64	18.451,64
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			18.451,64	18.451,64
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
Outras operações		-	65.326,15	(65.326,15)	-
	10	-	65.326,15	(65.326,15)	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	6+7+8+10	9.849,88	224.373,97	18.451,64	252.675,49

PALMELA, 09 de Março 2020

O CONTABISTA CERTIFICADO

Cláudia Sofia Farto Belo Timóteo

A DIRECÇÃO

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros			
RUBRICAS	Notas	2019	2018
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Pagamento a fornecedores		156 768,04	120 470,30
Pagamentos ao pessoal		178 670,90	99 070,40
Caixa gerada pelas operações		(335 438,94)	(219 540,70)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(24 997,04)	-
Outros recebimentos/pagamentos		58 890,15	1 840,91
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(251 551,75)	(217 699,79)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Activos fixos tangíveis		5 000,00	46 125,00
Investimentos financeiros		473,94	968,72
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(4 526,06)	(45 156,28)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Doações		353 811,05	289 950,14
Juros e gastos similares		588,05	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		353 223,00	289 950,14
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		97 145,19	27 094,07
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.4	198 858,79	171 764,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	296 003,98	198 858,79

PALMELA, 09 de Março 2020

O CONTABISTA CERTIFICADO

Cláudia Sofia farto Belo Timóteo

A DIRECÇÃO

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- a) O **BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME NA PENÍNSULA DE SETÚBAL** foi constituído em 1997 e tem a sua sede social, no LUGAR VILA AMELIA LT 1001 FRC ABC, QUINTA DO ANJO, no Conselho PALMELA, distrito de SETÚBAL.
- b) É uma instituição sem fins lucrativos constituída sob a forma de IPSS com a CAE 94995, que se dedica exclusivamente à Beneficência Humanitária. Presta apoio alimentar aos utentes mais carenciados contribuindo assim para uma melhoria da qualidade de vida da população da sua região.
- c) As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pela Instituição e estão em conformidade com as divulgações exigidas por cada uma das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (“NCRF/ESNL”) que se aplicam à atividade desenvolvida pela Instituição. As NCRF/ESNL não divulgadas nestas notas não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.
- d) As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico onde a Instituição opera.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL que refere “Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização



ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deve recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).”.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ESNL QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR, BEM COMO AS QUANTIAS RELATIVAS AO PERÍODO ANTERIOR QUE TENHAM SIDO AJUSTADAS.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2018.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

CONTINUIDADE:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA:

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas *“Devedores e credores por acréscimos”* e *“Diferimentos”*.

CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



COMPENSAÇÃO:

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

INFORMAÇÃO COMPARATIVA:

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.2 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

a1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 a 10
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

a2) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações acumuladas.

As despesas de desenvolvimento e de manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em regime anual.

a3) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos, os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um



evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço e na demonstração dos resultados por naturezas. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

a4) Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

a5) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as



depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

a6) Inventários

Os “**Inventários**” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Banco Alimentar adota como método de custeio dos inventários o “**custo de aquisição**”, considerando a tabela de preços em vigor para a Federação dos Bancos Alimentares.

a7) Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; e
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;



- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

a8) Imposto sobre o rendimento

A Instituição é uma pessoa coletiva de utilidade pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento



no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

A Instituição não estimou imposto sobre o rendimento dado que a atividade de prestação de serviços em que está inserida se encontra isenta do respetivo pagamento de imposto.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

a9) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Fornecedores e outras dívidas a pagar:

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



Financiamentos obtidos:

Os empréstimos, quando existentes, são reconhecidos pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivas correntes, a não ser que a Instituição tenha o direito incondicional para diferir o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e depósitos bancários:

Os montantes incluídos na rubrica “*caixa e seus equivalentes*” correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo:

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Periodizações:

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

a10) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Direção.



As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Instituição, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

a11) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Instituição.

a12) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pela Direção na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis: A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação/ amortização a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de



obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período;

- Provisões: A Direção analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e
- Imparidade de contas a receber: O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.2 ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

A preparação e apresentação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019, aplicou-se o normativo para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.3 - CORREÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, nos termos do ponto 6.9 da NCRF-ESNL.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se no seguinte quadro:



Rubricas	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2018
Custo:					
Edifícios e outras construções	73.889,41	-	-	-	73.889,41
Equipamento básico	149.858,34	-	-	-	149.858,34
Equipamento de transporte	167.471,31	-	-	-	167.471,31
Equipamento administrativo	37.521,39	-	-	-	37.521,39
Outros activos fixos tangíveis	14.606,67	-	-	-	14.606,67
Total	443.347,12	-	-	-	443.347,12
Depreciações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	76.235,32	-	-	-	76.235,32
Equipamento básico	129.194,91	2.788,81	-	-	131.983,72
Equipamento de transporte	121.346,30	5.765,63	-	-	127.111,93
Equipamento administrativo	36.771,84	451,49	-	-	37.223,33
Outros activos fixos tangíveis	12.863,25	348,52	-	-	13.211,77
Total	376.411,62	9.354,45	-	-	385.766,07

Rubricas	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2019
Custo					
Edifícios e outras construções	73.889,41	-	-	-	73.889,41
Equipamento básico	149.858,34	5.000,00	(7.380,00)	-	147.478,34
Equipamento de transporte	167.471,31	-	(20.250,00)	-	147.221,31
Equipamento administrativo	37.521,39	-	-	-	37.521,39
Outros activos fixos tangíveis	14.606,67	-	-	-	14.606,67
Total	443.347,12	5.000,00	(27.630,00)	-	420.717,12
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	76.235,32	-	-	(2.345,91)	73.889,41
Equipamento básico	131.983,72	4.810,83	(7.380,00)	652,95	130.067,50
Equipamento de transporte	127.111,93	-	(8.718,75)	-	118.393,18
Equipamento administrativo	37.223,33	-	-	298,06	37.521,39
Outros activos fixos tangíveis	13.211,77	-	-	1.394,90	14.606,67
Total	385.766,07	4.810,83	(16.098,75)	(0,00)	374.478,15

5. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Instituição não tinha qualquer financiamento obtido, quer em empréstimos bancários ou em locações.

6. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os inventários da Instituição, detalham-se no quadro que se segue:

Descrição	2018	2019
	Mercadorias	Mercadorias
Existências iniciais	157.328,53	198.856,88
Reclassificações e regularizações	1.789.638,51	3.159.319,92
Regularização de existências	(1.748.110,16)	(3.109.344,38)
Existências finais	198.856,88	248.832,42



De referir que os valores das reclassificações e regularizações se referem a bens alimentares (donativos de bens alimentares) pelo que o “*custo de aquisição*” considerado é a tabela de preços em vigor para a Federação dos Bancos Alimentares.

7. RÉDITO E OUTROS RENDIMENTOS

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante os períodos de 2019 e 2018, apresentam-se no quadro seguinte:

Rubricas	2019	2018
Acordo de cooperação - ISS	214.583,18	207.326,75
Programa PO-APMC	68.679,42	80.124,39
Câmara Municipal de Palmela	2.500,00	2.500,00
Donativos em dinheiro - Entidades privadas e individuais	68.048,45	86.999,21
Donativos em espécie - Géneros alimentares	3.109.355,41	3.649.261,57
Total	3.463.166,46	4.026.211,92

8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos períodos de 2019 e 2018, não ocorreram quaisquer variações relativas a provisões, pelo facto de não existir qualquer processo em curso que dê origem à sua constituição.

Na data de relato, não são conhecidos quaisquer passivos contingentes que possam dar origem a exfluxo futuro.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Instituição é uma pessoa coletiva de utilidade pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A prestação de serviços aos utentes, as quotas dos associados e as comparticipações do ISS, são rendimentos não sujeitos ou isentos.



10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas foram registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento.

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas de “*Subsídios das entidades públicas*” e “*Subsídios de outras Entidades*”:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo:		
Centro Regional de Segurança Social	214.583,18	207.326,75
Subídio POAPMC	68.679,42	80.124,39
Autarquias	2.500,00	2.500,00
Total	285.762,60	289.951,14

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 OUTROS CRÉDITOS, ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de outros créditos e ativos não correntes e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos a Fornecedores c/c	232,23	91,33
Devedores por acréscimos de rendimentos	17,68	-
Fornecedores c/c	42,44	-
Outros Devedores	1.395,00	2.790,00
Total	1.687,35	2.881,33

11.2 FORNECEDORES, OUTROS PASSIVOS CORRENTES, MEMBROS E CRÉDITOS A RECEBER

11.2.1 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de fornecedores apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	2019	2018
Fornecedores c/c	9.790,26	467,40
Total	9.790,26	467,40



11.2.2 BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “*Associados/Membros*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Passivo:		
Outras Operações - Reembolsos PO-APMC	50.601,39	-
Total	50.601,39	-

O montante acima referido tem a natureza de subsídio não reembolsável transferido pelo ISS ao abrigo do projeto “*PO_APMC*”, depositado em conta bancária do BAS, que se destina a ser transferido para as mediadoras que fazem parte do referido projeto.

11.2.3 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “*Outros passivos correntes*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
	Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	24.803,41	13.419,42
Outras operações	-	244,24
Outros credores por acréscimos de gastos	491,14	5.847,77
Outros credores	211,68	22,40
Total	25.506,23	19.533,83

11.3 RECONHECIMENTO DAS PERDAS POR IMPARIDADE DOS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Instituição não reconheceu qualquer perda de imparidade de créditos a receber, dado que não existia evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis.

11.4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Caixa	1.823,25	1.703,00
Depósitos à ordem	294.180,73	62.155,79
Depósitos a prazo	-	135.000,00
Total	296.003,98	198.858,79



Os depósitos bancários indicados encontram-se registados e formalizados nas instituições financeiras Millennium BCP e Montepio Geral.

12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos nos períodos de 2019 e de 2018 foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Serviços especializados:	37.063,23	31.999,64
Trabalhos especializados	11.525,88	10.909,96
Vigilância e segurança	2.824,37	1.058,91
Conservação e reparação	22.712,98	14.484,28
Outros	-	5.546,49
Materiais:	7.024,85	13.006,02
Ferramentas e utensílios desg.rápido	1.706,94	12.297,26
Livros e documentação técnica	150,06	-
Material de escritório	531,09	708,76
Outros	4.636,76	-
Energia e fluidos:	41.889,54	44.329,58
Electricidade	21.439,57	23.512,86
Combustíveis	20.449,97	20.816,72
Deslocações, estadas e transportes:	8.151,53	12.602,12
Deslocações e estadas	166,43	1.875,90
Transporte de mercadorias	6.273,00	10.726,22
Outros	1.712,10	-
Serviços diversos:	76.246,62	79.664,85
Rendas e alugueres	66.505,19	67.914,06
Comunicação	3.804,68	6.854,14
Seguros	86,31	207,68
Contencioso e notariado	372,24	66,87
Serviços de limpeza, higiene e conforto	3.684,58	4.622,10
Outros serviços	1.793,62	-
Total	170.375,77	181.602,21

13. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal incorridos nos períodos de 2019 e 2018 foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao Pessoal	152.254,08	117.207,39
Encargos sobre as Remunerações	28.436,73	22.857,42
Outros Gastos com o Pessoal	89,97	30,00
Total	180.780,78	140.094,81



O número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras foi de 11 (9 em 2018).

14. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica “*Outros rendimentos e ganhos*” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontra-se discriminada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	929,48	12.500,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	0,16
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4.700,00	-
Outros rendimentos:	27.585,32	8.879,54
Correções relativas a períodos anteriores	290,69	4.225,34
Restituição de impostos	24.997,04	-
Juros obtidos de depósitos	588,05	968,72
Outros rendimentos	1.709,54	3.685,48
Total	33.214,80	21.379,70

15. OUTROS GASTOS

Os outros gastos incorridos nos períodos de 2019 e de 2018 foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Impostos	6,61	4,68
Perdas em inventários	74.945,39	-
Outros gastos:	3.035.478,99	3.649.341,57
Donativos - Géneros alimentares doados	3.034.398,99	3.649.261,57
Quotizações	80,00	80,00
Outros gastos	1.000,00	-
Total	3.110.430,99	3.649.346,25

16. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A rubrica “*Gastos/Reversões de depreciação e amortização*” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontram-se discriminados da seguinte forma:



DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	2019	2018
Activos Fixos Tangíveis:		
Edifícios e outras construções	-	1.873,73
Equipamento Básico	4.810,83	2.788,81
Equipamento de Transporte	11.531,25	5.765,63
Equipamento Administrativo	-	445,49
Outros Activos Fixos Tangíveis	-	348,52
Subtotal	16.342,08	11.222,18

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Passivo:		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	3.895,36	640,00
Segurança Social	3.799,81	5.634,44
Outras Tributações	97,61	79,96
Total	7.792,78	6.354,40

17.2 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de «*Diferimentos*» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer:		
Outros	553,71	-
Total	553,71	-
Rendimentos a reconhecer		
Diferimento de existências	248.682,53	198.856,88
Total	248.682,53	198.856,88

Os gastos e rendimentos a reconhecer correspondem a valores que produzirão efeito durante o período de 2020.

17.3 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) foram reconhecidas como ativos financeiros disponíveis para venda ao Justo valor. O FCT é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização



individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho. Os montantes mensais para o FGCT foram reconhecidos como gastos com o pessoal, na rubrica “Encargos sobre remunerações”.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de “**Outros Ativos Financeiros**” apresentava a seguinte composição:

ENTIDADES	2019		
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	SALDO FINAL
Outros Investimentos Financeiros:			
Fundo de Compensação Trabalho (FCT)	1.258,31	473,94	1.732,25
Total	1.258,31	473,94	1.732,25

ENTIDADES	2018		
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	SALDO FINAL
Outros Investimentos Financeiros:			
Fundo de Compensação Trabalho (FCT)	609,16	649,15	1.258,31
Total	609,16	649,15	1.258,31

17.4 FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica dos «fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	9.849,88	-	-	9.849,88
Resultados transitados	159.047,82	65.326,15	-	224.373,97
Resultado líquido do exercício	65.326,15	18.451,64	(65.326,15)	18.451,64
Total	234.223,85	83.777,79	(65.326,15)	252.675,49

17.5 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



17.6 EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

17.7 DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 05 de junho de 2020.

Palmela, 09 de março de 2020

A Contabilista Certificada

Cláudia Sofia Farto Belo Timóteo

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira